

## **ATINGIDOS PELA BARRAGEM DE ACAUÃ, NA PARAÍBA: LUTA PELO RESGATE DA CIDADANIA / GT10**

Fernando Garcia De Oliveira<sup>1</sup>

### **RESUMO**

Este trabalho discorre sobre o movimento dos atingidos pela barragem de Acauã na Paraíba, entre os anos de 2002 e 2005. Durante o planejamento e construção da obra, o governo do estado da Paraíba desconsiderou completamente a necessidade de participação da população. A preocupação com o recebimento das indenizações fez com que um jovem, que cursava história na UFPB, procurasse alguns professores do Centro de Humanidades. Assim, um grupo de professores e alunos da universidade começa a promover reuniões semanais na igreja de Pedro Velho (Aroeiras). Este é o fato gerador para o surgimento do referido movimento. As iniciativas tomadas propiciam a configuração de uma “*assessoria estadual*” que irá compartilhar com o Movimento dos Atingidos por Barragens Nacional (MAB) o apoio ao movimento. Novos apoios são conquistados, inclusive a decisiva interferência do Ministério Público Federal na Paraíba. Apesar da capacidade de organização e luta, demonstrada pelo movimento dos atingidos de Acauã, não se consegue nenhuma vitória decisiva no período.

Palavras chaves: Atingidos por barragens, movimentos sociais, conflitos sócio-ambientais.

### **INTRODUÇÃO**

As obras da barragem de Acauã, no rio Paraíba, divisa entre os municípios de Aroeiras, Itatuba e Natuba, todos no estado da Paraíba, começaram em 14 de junho de 1999 e foram concluídas em agosto de 2002. A barragem, que ocupa uma bacia hidráulica de 1.725 ha, provocou o deslocamento de aproximadamente 5.000 pessoas, 900 famílias, que viviam às margens do rio. As águas da barragem que, segundo dados de 2005 (SOUSA, A.M., OLIVEIRA, F. G., BARROS JUNIOR, G., NASCIMENTO, M.F., 2005), acumulava 85 % da sua capacidade total de armazenamento, atingiram, em maior ou menor escala, as zonas rurais das cidades mencionadas acima, inundando completamente 06 povoados: Melancia, Cajá, Ilha Grande, Junco, Pedro Velho e Cafundó e Água Paba e 115 imóveis rurais.

O objetivo principal do empreendimento era o abastecimento de água potável para 09 cidades da região: Salgado de São Félix, Itabaiana, Pilar, Ingá, Itatuba, Mogeiro, São Miguel de Taipu, Aroeiras e Fagundes, além do reforço no sistema de abastecimento de outras 04 cidades: Campina Grande, a 2ª maior cidade em termos demográficos do estado, Boqueirão, Queimadas e Caturité.

---

<sup>1</sup> Coordenador do Projeto Universidades Cidadãs da Universidade Federal de Campina Grande.  
E-mail: aquiri48@gmail.com

O projeto original previa um conjunto de medidas de proteção ambiental, objetivando a mitigação de impactos adversos. Dentre as medidas previstas se tinha: o reassentamento da população atingida através de projetos produtivos; o manejo da fauna; o desmatamento zoneado da área da bacia hidráulica; a reconstrução da infraestrutura de uso público e dos cemitérios atingidos; implantação e monitoramento da faixa de proteção do lago; esgotamento sanitário das cidades ribeirinhas como Aroeiras, Natuba e Umbuzeiro, dentre outras. Entretanto, nenhuma delas foi efetivamente concretizada até a presente data. E o que é pior: na da sinaliza que ações neste sentido venham a ser efetivamente realizadas!

Dentro da vasta tipologia de conflitos sócio-ambientais (Little,P, 2001) podemos classificar Acauã como um conflito cujos impactos ambientais e sociais são gerados por uma ação humana concreta: a construção de uma barragem com fins de abastecimento da cidade de Campina Grande, além de outras nove cidades. A intervenção humana sobre o ciclo natural do rio Paraíba realizou-se com o pretexto de desenvolvimento econômico, todavia tanto os que realizaram a intervenção quanto os que receberiam diretamente os benefícios não sofreram quaisquer impacto negativo. Enquanto que as comunidades camponesas e ribeirinhas de Pedro Velho e Riachão (município de Aroeiras), Cajá e Melancia (município de Itatuba), Costa e Água Paba (Município de Natuba), além de não receberem nenhum benefício sofrem até hoje, diretamente com o processo de remoção forçada a que foram submetidas.

Na primeira fase das obras, a população - desorganizada e inserida em uma realidade onde predominavam as relações típicas do clientelismo político - não atina para o que estava acontecendo. Todos estavam sob controle da “*manipulação política*”<sup>2</sup>, uma vez que se encontravam à mercê do que lhes era apresentado. A tônica predominante era de que se tratava de um benefício, que a barragem traria desenvolvimento. Assim, havia se tornado algo desejado pela população, que esperava a concretização daquilo que não se concretizara quando da primeira tentativa, sob o comando do DNOCS, em um momento anterior.

Mas, surge uma reação. A partir de conversas entre pessoas que começam a desconfiar que havia problemas, um jovem toma a iniciativa de procurar alguns professores da UFPB (depois UFCG),

---

<sup>2</sup> A expressão “*manipulação política*” está incluída como um dos cinco tipos básicos de “*tratamento dos conflitos sócio-ambientais*” por Little (2001). O caso Acauã pode ser considerado um exemplo dentre aqueles em que o seu tratamento passa por diferentes formas, como se verá neste texto.

no campus de Campina Grande, onde ele cursava história. Aquele gesto redundaria na constituição de um grupo, formado por professores e alunos da universidade, que começa a fazer reuniões na comunidade de Pedro Velho (município de Aroeiras), onde havia significativo número de famílias que se recusavam a se transferir para um dos conjuntos residenciais rurais para onde já haviam sido removidas muitas famílias atingidas pela barragem.

A partir do momento em que passei a ter envolvimento com este caso, em fevereiro de 2002, colocamos em ação uma estratégia de compartilhamento com representantes de outras entidades. Logo no início são convidadas entidades integrantes da Articulação do Semiárido na Paraíba (ASA/PB). Na sequência, se procura envolver parlamentares do campo progressista. Em seguida, se faz apelo a autoridades religiosas e ao ministério público federal. A partir da compreensão da importância da participação da entidade própria dos atingidos por barragens, se faz contato com o MAB nacional para que viesse conhecer a situação de Acauã.

Neste trabalho, se irá discutir como evolui a luta dos atingidos pela barragem de Acauã, a partir de fatos selecionados de uma linha do tempo que se irá construir. Em razão de sua importância para a estruturação do movimento dos atingidos pela barragem de Acauã, se irá considerar o período de tempo que se inicia quando surge o movimento, no início de 2002 e se prolonga até 2005.

No processo de luta da população atingida se entrelaçam: a) O movimento dos atingidos pela barragem de Acauã, que conta com suporte pontual do MAB nacional; b) As ações da assessoria estadual – liderada pelo grupo de professores e alunos da UFCG, com importante participação de entidades integrantes da Articulação do Semiárido da Paraíba (ASA/PB); c) O decisivo apoio da Procuradoria Regional dos Direitos do Cidadão na Paraíba, órgão integrante do Ministério Público Federal.

## **METODOLOGIA**

Recentemente, o escritor francês Bernard Pivot<sup>3</sup> lançou uma autobiografia intitulada “La mémoire n'en fait qu'à sa tête”, que significa aproximadamente: a memória só lembra do que ela quer lembrar. Ou ainda: a memória só lembra-se do que tem em sua própria cabeça. O

---

<sup>3</sup> Escritor que, durante muito tempo apresentou um programa literário na televisão francesa denominado “Aphostrofes”. Referência do livro: Pivot, Bernard. La mémoire n'en fait qu'à sa tête. Paris: Albin Michel, 2017.

autor quer expressar que ele não tem controle sobre a memória, que existiria uma autonomia da memória. Por que este registro tem a ver com o trabalho que pretendo fazer?

Em primeiro lugar, porque concordo com a intenção do autor ao escolher o bem humorado título. Posso acrescentar que sempre que escrevo tenho a sensação que o lápis ganha autonomia. Em outros termos, sempre tenho a impressão que o ato de começar a escrever me leva para algum lugar, no qual perco o poder, a capacidade de determinação sobre o que resulta da minha atitude de escrever. Com estas palavras iniciais, quero agora discorrer sobre a metodologia que pretendo utilizar para escrever sobre a evolução a luta dos atingidos pela barragem de Acauã, na Paraíba

Antes de qualquer coisa, cabe dizer que a história será contada a partir de certo ponto de vista. Acrescentando-se o que já registrei: não tenho controle absoluto sobre minha própria memória porque ela tem sua própria autonomia (RICOEUR, P, 2007). Assim, a primeira característica da démarche que pretendo empreender é dada pelo fato de que participei diretamente dos acontecimentos. Sendo assim, minha memória preserva lembranças e emoções dos fatos, dos acontecimentos, das circunstâncias vivenciadas. Eu participei ativamente, em um envolvimento “*sem tréguas*” de grande parte das ações, reflexões, enfim do conjunto de atividades nas quais o movimento dos atingidos pela barragem de Acauã se fez presente, produziu sua existência. As características do trabalho de extensão e pesquisa realizados se constituem na fonte original da história que pretendo contar. Elas são, por tanto múltiplas, no tempo e no espaço.

A metodologia por tanto – para escrever sobre a evolução da luta dos atingidos pela barragem de Acauã, na Paraíba tendo como linha norteadora a análise do conflito sócio-ambiental de Acauã – também irá se apoiar em um conjunto de fontes documentais acumuladas na estreita proximidade com o que se desenrola em termos de luta social, e do trabalho de extensão e pesquisa, no período de tempo de abrangência desta pesquisa. Como se percebe se trata de um tempo razoavelmente distante, fato que se constitui em desafio não negligenciável. A proposta é fazer uso de linhas do tempo, nas quais serão marcados fatos importantes, segundo eixos a serem priorizados.

Em outros termos, essa metodologia nos permitirá recontar a história da referida luta sem transformar-se em uma narrativa que deriva exclusivamente de suas próprias ações. Por seu turno, cada um dos outros eixos permitirá descortinar como outras instâncias concorrem com a história da luta de população atingida e revelar qual foi o seu papel em todo o processo.

## DESENVOLVIMENTO

Antes da construção da barragem, a população, distribuída nas localidades de Pedro Velho, Cajá, Melancia, Junco, Ilha Grande, Água Paba e Cafundó, nos municípios de Aroeiras, Natuba e Itatuba, desfrutava de excepcionais condições em consequência de sua privilegiada localização às margens do rio Paraíba. O que lhes permitia acesso à terra fértil e livre, favorecendo sobremaneira o desenvolvimento de suas atividades produtivas, principalmente a criação de animais, a agricultura – inclusive irrigada – e a fruticultura.

Havia todo um modo de vida estruturado nas próprias comunidades e nas ligações com localidades circunvizinhas. O exemplo mais marcante de elo perdido, sempre lembrado pela população, refere-se às relações comerciais (e de outros tipos) com as cidades de Itabaiana e João Pessoa.

O Governo do Estado ignorou completamente a imperiosa necessidade de a população desenvolver atividades produtivas e a reassentou em conjuntos habitacionais rurais, o que é de per si um contrassenso, uma vez que não faz sentido criar conjunto habitacional no meio rural sem que a ele estejam associadas áreas de produção. Desconsiderou-se, assim, a absoluta necessidade de as famílias obterem suas condições de sobrevivência a partir dos frutos do trabalho de seus membros.

Acredito que a população atingida pela barragem de Acauã passou de uma situação de “*inclusão injusta*” para a de “*exclusão*” se leva em conta a conceituação proposta por Amartya Sen (Amartya Sen e Bernardo Kliskberg, 2010).

Com o intuito de propiciar uma visão abrangente do que se passa se irá apresentar séries de fatos inseridos em três períodos de tempo distintos entre 2002 e 2005.

Os fatos selecionados compõem uma linha do tempo a partir da qual se irá discorrer sobre o processo de luta da população atingida. Graficamente, se faz a opção para apresentar os fatos, quase sempre em ordem cronológica, em três quadros apresentados a seguir.

### **Quadro 1 : Fatos marcantes do movimento: primeira fase**

Primeira fase : de fevereiro a maio de 2002

- Início da resistência com núcleo principal em Pedro Velho;
- Reuniões semanais em Pedro Velho (aos domingos) e no campus de Campina Grande da UFPB, na terça-feira à noite que se configura como o início das atividades de extensão e pesquisa em apoio à população atingida;
- Primeira divulgação na mídia dos problemas causados pela barragem, em 19 de fevereiro

- de 2002;
- Publicação do documento “*As Pedras Clamarão*”, por Pe. Rômulo, vigário de Aroeiras, em abril de 2002;
  - Viagem de um grupo de pessoas ao município de Araçagi, localizado no Brejo Paraibano, para ver de perto o tratamento dispensado, pelo governo do estado aos atingidos pela barragem de mesmo nome;
  - Chegada do MAB e início da mobilização das demais comunidades atingidas;
  - Realização da primeira manifestação pública na cidade de Campina Grande, em 25 de maio de 2002;
  - Audiência com o governador Roberto Paulino, em 28 de maio de 2002.

Fonte: acervo do Projeto Universidades Cidadãs (PUC/UFCG)

## Quadro 2 : Fatos marcantes do movimento: segunda fase

<p>Segunda fase : tem início imediatamente após a audiência com o governador Roberto Paulino (28/05/2002) e se prolonga até junho de 2003.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Comissão de técnicos do INCRA promove reuniões nas comunidades atingidas (vila Pedro Velho, Cajá original e Melancia original)<sup>4</sup>, nos dias 20 e 21 de junho de 2002, para apresentação do Banco da Terra, denominação da chamada “<i>reforma agrária de mercado</i>”, do segundo mandato do presidente Fernando Henrique Cardoso (ver comentários após este quadro) (*);</li> <li>- Diversas viagens a João Pessoa, para participação de reuniões de negociação no INTERPA;</li> <li>- Início do pagamento das indenizações;</li> <li>- Preenchimento do formulário – preparado pela assessoria do movimento juntamente com técnicos do INTERPA – para especificação e quantificação dos bens indenizáveis pertencentes às famílias(**). O trabalho de campo foi organizado pela diretoria da AABA;</li> <li>- Entrega ao INTERPA, em 29 de setembro de 2002, da documentação contendo os formulários preenchidos pelas famílias para atualização do valor das indenização;</li> <li>- Realização da primeira oficina dos atingidos de Acauã, em Pedro Velho, nos dias 21 e 22 de dezembro de 2002;</li> <li>- Encontro nacional do MAB, na sede da CONTAG, em Brasília, de 27 a 29 de janeiro de 2003. Participaram lideranças de Acauã e o autor deste trabalho;</li> <li>- A ministra do meio ambiente Marina Silva, recebeu na mesma audiência uma delegação de atingidos do estado de Goiás e um grupo representantes dos atingidos pela barragem de Acauã. A delegação de Goiás incluía uma professora de geografia da UFCG; o autor deste trabalho também participou da referida audiência;</li> <li>- Gestões junto ao Ministério Público Federal na Paraíba para que o referido órgão (através da PRDC – Procuradoria Regional dos Direitos do Cidadão) se colocasse em defesa dos direitos da população atingida. Estas iniciativas tiveram consequências práticas importantes, entre as quais cabe citar: i) Elaboração de um TAC (Termo de Ajuste de Conduta) – para o qual a assessoria, juntamente com as lideranças – deram contribuições, que foi proposto ao governador do estado da Paraíba; ii) Realização de importante audiência pública, pela PRDC, na vila Pedro Velho, em 18 de novembro de 2004; iii) Criação</li> </ul>
---

<sup>4</sup> As apresentações dos técnicos do INCRA, e os questionamentos feitos pela presents, evidenciaram que aquela modalidade de reforma agrária não era adequada para a situação dos atingidos. As suas especificidades requeriam um equacionamento “*sob medida*”, não sendo conveniente um enquadramento automático no que havia sido apresentado. Mas, a iniciativa não deixara de ser proveitosa.

de um processo na PRDC para acompanhar todos os fatos atinentes aos atingidos pela barragem de Acauã; iv) Ajuizamento de ações contra o governo do estado ante a sua persistência em não tomar as medidas necessárias para mitigar os problemas causados à população pela barragem; v) Ajuizamento de ação contra a união.

- Manifestação em João Pessoa, em 14 de março de 2003, dia mundial da água;
- Audiência com o governador Cássio Cunha Lima, em seu gabinete, no palácio da Redenção, em João Pessoa;
- Viagem do governador Cássio Cunha Lima a Pedro Velho original, em 19 de março de 2003;
- Funcionamento de uma comissão incumbida de formular um *plano de desenvolvimento* para Acauã, no primeiro semestre de 2003. Esta comissão era integrada por representantes do governo do estado, por lideranças do movimento de Acauã e por assessores. As reuniões aconteciam nas dependências da UFCG, em Campina Grande. Funcionou até o momento em que ficou claro para as lideranças, e para os assessores, que as referidas reuniões tinham caráter meramente protelatório. Posteriormente, o procurador do governo do estado da Paraíba afirmou textualmente (em resposta a questionamentos formais do procurador Duciran Farena): “o governo da Paraíba não fez nada pela população atingida porque o professor Fenando Garcia de Oliveira não elaborou o plano de desenvolvimento previsto” (escrito de memória);

Fonte: acervo do projeto Universidades Cidadãs (PUC/UFCG)

### Quadro 3 : Fatos marcantes do movimento: terceira fase

Terceira fase : Tem início com a realização da Segunda oficina dos atingidos (20 e 21/06/2003) e se estende até 2004.

- Rodada de reuniões em todas as comunidades para preparação da oficina do CENTRAC;
- Realização da segunda oficina dos atingidos de Acauã, na sede do CENTRAC, em Campina Grande, nos dias 20 e 21 de junho de 2003;
- Rodada de reuniões nas comunidades para devolução das conclusões da oficina do CENTRAC e colocação em prática dos encaminhamentos;
- Presença de uma assistente social contratada, com apoio financeiro do CIRAD (órgão do governo francês), para auxiliar as lideranças do movimento no trabalho educativo e na mobilização das pessoas, durante o segundo semestre de 2003;
- Realização da “*oficina dos pescadores*”, no centro de treinamento do Tambor, em Campina Grande, em 11 e 12 de dezembro de 2003;
- A TV Paraíba, afiliada da rede Globo, produz boa reportagem sobre a “*oficina dos pescadores*”;
- INCRA realiza vistoria em três imóveis passíveis de desapropriação. Mas, constata que todos eram produtivos não sendo possível desapropriá-los para fins de reforma agrária;
- Enchimento do lago no final de janeiro de 2004;
- Ante a inexistência de qualquer planejamento por parte do governo do estado, coube às próprias famílias procederem, na situação emergencial, a retirada de seus pertences e salvar seus animais de criação;
- Constata-se que a localidade de Água Paba, município de Natuba, também é atingida pelas águas;
- Muitas famílias se tornam desabrigadas, inclusive as principais lideranças do movimento;
- Famílias desabrigadas são instaladas na escola da Vila Pedro Velho: os alunos passam a assistir aulas na cidade de Aroeiras;
- Visita de um técnico do ministério da Integração Nacional, logo após o enchimento do lago. Ele produziu importante relatório sobre a gravidade da situação das famílias;
- A assessoria aos atingidos conseguiu que um grupo de líderes do movimento participasse do curso “Orçamento Público e Cidadania”, organizado pelo CENTRAC, de 18 a 19 de março de 2004;
- Realização de duas oficinas suscitadas pelo MAB: a primeira em 29 e 30 de abril de 2004; a segunda, como etapa para elaboração de um projeto para a Fundação Banco do Brasil, em 09 de julho de 2004;
- Bolsistas da UFCG, juntamente com membros da AABA (Associação dos atingidos pela barragem de Acauã) cadastraram 28 alfabetizadores e mais de 700 alfabetizandos (o que permitiu a criação de 25 turmas de alfabetização). A estimativa era que mais de 50% da população de atingidos podem ser enquadrados na condição de analfabetos ou semianalfabetos;
- Realização de ato público em Aroeiras, no dia 27 de março – dia mundial da água – organizado pela Articulação do Semiárido da Paraíba (ASA/PB), em solidariedade aos atingidos pela barragem de Acauã;
- Participação de um grupo de representantes dos atingidos pela barragem de Acauã da Marcha Nacional do MAB, de 13 a 28 de maio de 2004, de Goiânia para Brasília. A exemplo das demais atividades, esta participação da AABA foi assessorada pelo projeto de extensão da UFCG;

- A partir de oferecimento da Escola de Formação Quilombo dos Palmares ao projeto de extensão da UFCG, duas lideranças do atingidos puderam participar do “Curso Regional de Formação para Lideranças e Educadores em Desenvolvimento Rural”, no Seminário Cristo Rei, na cidade de Camaragibe, no estado de Pernambuco. O curso ocorreu em duas etapas, a saber: de 18 a 20 de junho e de 15 a 17 de outubro de 2004;
- Cadastramento das famílias a serem incluídas no programa FOME ZERO;
- A terceira oficina do ano de 2004 (a sexta realizada em parceria do grupo da UFCG com o MAB), ocorrida de 27 a 30 de outubro, teve como finalidade realizar o primeiro treinamento dos alfabetizadores engajados no Programa Brasil Alfabetizado. A partir de convênio do MAB com órgãos do governo federal coube ao movimento social implementar este processo nas comunidades atingidas por barragens;
- No dia 10 de novembro de 2004, os atingidos ocuparam a parede da barragem de Acauã e lá permaneceram por dois dias;

Fonte: acervo do projeto Universidades Cidadãs (PUC/UFCG)

As apresentações dos técnicos do INCRA nas comunidades<sup>5</sup>, e os questionamentos que lhes foram feitos, evidenciaram que aquela modalidade de reforma agrária não era adequada para a situação dos atingidos. As suas especificidades requeriam um equacionamento “*sob medida*”, não sendo conveniente um enquadramento automático no que havia sido apresentado. Mas, a iniciativa não deixara de ser proveitosa, pelas razões já apontadas em outro trabalho:

Pela primeira vez, os órgãos públicos se dirigiam à população com o intuito de discutir a questão mais importante: como recriar as condições para a produção das novas condições de vida para a população que estava sendo desalojada de seus espaços de vida e trabalho tradicionais. Por outro lado, toda aquela movimentação representava uma demonstração da capacidade de realização do movimento dos atingidos. Acrescente-se que o estilo das reuniões – realizadas com destacado papel das lideranças do movimento - fugia aos padrões da política clientelista tradicional, que sempre são realizadas com o implícito objetivo de promoção de determinadas lideranças político-partidárias. (OLIVEIRA, F.G.; BARROS JUNIOR, G.; TONNEAU, J-P.; FENANDES, M.N., 2005, Op. Cit., p.11)

Diversas iniciativas, em diferentes momentos, pretendiam fazer com que o INCRA agisse no sentido de resolver a questão da recuperação do acesso à terra para parte da população que desejasse retomar suas atividades produtivas no meio rural.

#### Box 1 – Projeto de extensão do grupo da UFCG para Acauã, formalizado em 2002

Definiu-se que o objetivo principal de nosso trabalho seria: oferecer às comunidades atingidas pela barragem de Acauã o necessário apoio ético e político, bem como assessoria técnica em seu processo de mobilização e organização, tendo como objetivo fazer valer junto às autoridades públicas o reconhecimento de seu direito básico à plena recomposição de sua vida social, cultural e econômica. Por seu turno, os objetivos específicos seriam os seguintes: contribuir para que os atingidos pela barragem de Acauã venham a receber dos poderes públicos o tratamento a que tem direito; contribuir para a luta da população pela reconstrução de suas condições de trabalho e de vida em seu novo contexto; apoiar as ações objetivando o

---

<sup>5</sup> Para não retornar a Campina Grande, preferi dormir na casa de um dos líderes do movimento. No início da madrugada acordamos todos par aver a brilhante vitória do Brasil , por dois a um, sobre a Inglaterra, no dia 21 de junho de 2002.



recebimento total das indenizações a que tem direito; procurar agregar neste trabalho outros profissionais, tanto da UFPB quanto de outras instituições e/ou entidades, de sorte a cobrir a diversificada carência de apoio técnico e político daquelas comunidades; procurar suscitar a realização de pesquisas e trabalhos acadêmicos, de estudantes de graduação e pós-graduação, e de docentes, que venham a proporcionar tanto um conhecimento dos processos vivenciados pela população atingida, como represente uma contribuição efetiva às comunidades; contribuir para que a opinião pública tome conhecimento da gravidade e da extensão dos problemas sociais gerados pela construção da barragem de Acauã; publicizar, no ambiente acadêmico e fora dele, as questões éticas, políticas, econômicas e culturais levantadas pela construção da barragem e pelo deslocamento das comunidades ribeirinhas do Rio Paraíba.

As características das lideranças políticas tradicionais da região atingida pela barragem de Acauã, e do município de Aroeiras em particular, afloram desde as primeiras iniciativas da população. A intervenção do candidato derrotado na eleição anterior para prefeito de Aroeiras quando pronunciou as seguintes palavras: “*não permita que esta comissão seja recebida pelo secretário*”.

O incidente provocou indignação e constrangimento, principalmente em um de seus integrantes que o havia ajudado nas últimas eleições, com o trabalho de cabo eleitoral. A conclusão tirada, e amplamente divulgada em Pedro Velho, foi a seguinte: “*Em Aroeiras, situação e oposição se nivelam. Não se pode contar com nenhum dos lados, porque nenhum dos dois está a favor do povo*”. (OLIVEIRA, 2002, p. 7)

Os integrantes da estrutura política local, com destaque para prefeito e vereadores, jamais se apresentaram como porta-vozes na população<sup>6</sup>. Sempre prevaleceu os pontos de vista de seus superiores tanto nas estruturas governamentais quanto partidárias. O movimento dos trabalhadores rurais, em que pese a existência de um sindicato no município, jamais se interessou pelos problemas de tantos trabalhadores rurais que foram duramente afetados pela barragem.

Padre Rômulo (pároco de Aroeiras) foi buscar no evangelho a inspiração para expressar sua indignação com o absurdo tratamento dispensado pelo Governo do Estado da Paraíba à população atingida pela barragem de Acauã. Numa carta aberta cujo título é “**As**

---

<sup>6</sup> O prefeito da época, e vereadores da própria comunidade de Pedro Velho, em mais de uma oportunidade tiveram atitudes claramente contrárias ao que estava sendo encaminhado pela população organizada. Apenas um exemplo: o abandono do cemitério de Pedro Velho antes do enchimento do lago. Com auxílio de sua assessoria estadual, o movimento dos atingidos, agendou com a TV Paraíba a realização de uma reportagem, incluindo filmagem do local, para denunciar o lastimável estado de coisas. Ao tomar conhecimento dos planos, um vereador de Pedro Velho quis contratar um trator para melhorar a apresentação do local. Foi necessário a população organizar uma vigília no local para impedir que o intento do vereador tivesse êxito. Moral da história: antes ele não se importara com o estado de abandono. Mas, soube se mobilizar para tentar impedir que o fato se tornasse de conhecimento público. Registre-se que os responsáveis pelo empreendimento de Acauã deixaram o lago encher sem fazerem o imprescindível traslado dos restos mortais dos antepassados das famílias atingidas tanto no cemitério de Pedro Velho quanto no do Cajá. Este fato macabro fazia muitas pessoas torcerem o nariz e dizer: “*nós vamos beber daquela água!*”

**Pedras Clamarão**”, ele questiona a remoção das famílias para os conjuntos habitacionais rurais.

Tenho certeza de que é verdade o que Jesus disse: se eles calarem as pedras gritaram (Lucas 19,40). Estou consciente da importância da barragem Acauã, mas não poderemos ficar cegos, surdos ou mudos diante dos transtornos que a construção desta mesma barragem já está trazendo à população vizinha, visto que não poderão reconstruir os seus bens com uma indenização média de R\$ 6.000,00 (seis mil reais) por família. Onde ficarão os seus animais (caprinos, ovinos, bovinos? E suas galinhas) que lhes garantem ajuda na subsistência? E a terra para plantar e sobreviver? Como se acomodarão as pessoas em casas tão pequenas?! Naquelas casas pré-moldadas (no modelo do Projeto Mariz) caberão as famílias de todos os tamanhos?! Fico a olhara e penso: **será um campo de concentração moderno?!**”

Desde a primeira reunião em Pedro Velho, em 19 de fevereiro de 2002, que predominava a preocupação com o recebimento das indenizações.

Este fato se revelou de forma incisiva por ocasião de uma das primeiras reuniões, em Pedro Velho, quando se discutia sobre outros direitos, várias vozes ponderaram: *“Não se deve incluir nada a mais enquanto não recebermos as indenizações”*. Não se pôde fazer diferente: todo o esforço inicial foi no sentido do recebimento das indenizações, ainda que em valores defasados. Mesmo a reivindicação da correção deveria vir depois do recebimento dos valores já estabelecidos. (OLIVEIRA, 2003, p. 6)

Estas questões foram discutidas na reunião ocorrida na igreja de Pedro Velho, no dia 21 de abril de 2002, conforme consta do relatório que me foi enviado por e-mail por Genival Barros júnior, conforme trecho transcrito a seguir.

Apresentação dos textos produzidos pelo INTERPA e pela assessoria da Universidade sobre a solicitação de revisão das indenizações<sup>7</sup> e demais pendências; após leitura destes textos, foi acertado por unanimidade que o documento do INTERPA será substituído pelo da Universidade; entretanto, algumas reflexões deverão ser encaminhadas sobre o documento final antes dele ser assinado e entregue ao INTERPA, principalmente no que diz respeito ao prazo para manutenção do auxílio de 24 meses para as famílias e a efetiva ocupação de quem tem suas atividades fora do contexto agrícola. (fonte: arquivo digital próprio)

Também merece ser registrado que esta não era a única pendência no que tange às indenizações. Observe-se que outra questão<sup>8</sup> também afligia os atingidos em fevereiro de

---

<sup>7</sup> Registre-se que até o presente momento (setembro de 2017) o INTERPA ainda não procedeu o complemento do pagamento das indenizações. (OLIVEIRA, 2015)

<sup>8</sup> Deve-se acrescentar ainda que quem não tem título de sua terra não irá receber indenização<sup>8</sup>, mesmo havendo pessoas que ocupam a terra há mais de 50 anos. Desta forma, os posseiros não irão receber nenhuma indenização por suas terras. As informações que temos são de que também não haverá pagamento por nossas benfeitorias, o que significa mais um grande prejuízo, uma vez que temos muita coisa construída sobre a terra, tais como: currais, cercados, cacimbões, cercas, pasto plantado, diversos tipos de fruteiras, etc. (fonte: arquivo digital próprio)

2002, conforme está expresso na primeira nota do movimento que eu redigi após a reunião do dia 16 daquele mês<sup>9</sup>.

Ter a visibilidade dada pela filiação ao MAB<sup>10</sup> (que prefiro denominar de MAB nacional), dentre outras importantes dimensões, não deve nos impedir de apreciar as especificidades do movimento dos atingidos pela barragem de Acauã e as suas relações com a assessoria estadual que se constitui, e que se mantém apoiando esta luta até o presente momento.

O representante do MAB<sup>11</sup> fez um pronunciamento sobre os objetivos de sua permanência em Pedro Velho e que encontra-se disposto a assessorar o movimento, caso a população realmente queira, inclusive de construir parcerias com outros movimentos (MST, CPT), em busca de devolver a condição de trabalho e de dignidade das pessoas. (fonte: relato da reunião do dia 21/04/2002, que me foi enviado (via e-mail) por Genival Barros júnior, à qual eu não pude comparecer.)

A partir de um determinado momento, estabelece-se uma divisão de trabalho muito clara: o caráter mais político do movimento dos atingidos de Acauã é assegurado por sua integração ao MAB nacional; a assessoria estadual se incumba do assessoramento ao cotidiano do movimento.

Mas, no que consiste o “assessoramento ao cotidiano do movimento”?

Apresenta-se no quadro a seguir uma síntese das atividades desempenhadas pela assessoria estadual em apoio aos atingidos pela barragem de Acauã.

---

<sup>9</sup> Esta nota foi redigida por mim, após a reunião no sábado (16/02/2002). A sua publicação pelo Jornal da Paraíba de terça-feira, 19 de fevereiro, se constitui na primeira divulgação na imprensa escrita sobre Acauã. Na segunda-feira seguinte, acompanhei uma delegação de atingidos às rádios e aos canais de televisão, em Campina Grande.

<sup>10</sup> A vinculação daquela situação particular ao contexto nacional tem também um conjunto de significados tanto para a população quanto para as lideranças que passam a ter uma percepção de um tipo de luta que está presente, já tendo uma série de experiências acumuladas, em todo o país. Duas das lideranças locais participam de um treinamento do MAB no Rio grande do Sul, o que permite estabelecer fortes vinculações com o movimento a nível nacional, ainda que o MAB não consiga destacar alguém para acompanhar de forma permanente o caso da Paraíba. (OLIVEIRA, ibidem, p. 10)

<sup>11</sup> Logo no início de seu relatório da reunião, Genival revela dois fatos. Primeiro: a reunião foi presidida por Abel, que já era, àquela altura, a principal liderança dos atingidos de Acauã. O zelo do meu colega em fazer um relatório detalhado da reunião permite que se tenha hoje em 2017 – quando a memória é claramente insuficiente para dar conta, com exatidão, de tantos momentos vivenciados nestes 16 anos de envolvimento com o caso Acauã – com precisão o início do decisivo trabalho de mobilização que aquele integrante da coordenação nacional do MAB ajudou a fazer nas demais comunidades atingidas pela barragem de Acauã.

#### Quadro 4: Atividades realizadas pelo Grupo da UFCG

<ul style="list-style-type: none"> <li>- Reuniões periódicas com as lideranças, na cidade de Campina Grande, que cumprem os seguintes objetivos: fazer avaliação política da situação; avaliar o andamento de atividades em curso; programar atividades futuras;</li> <li>- Reuniões nas comunidades atingidas, sem periodicidade definida;</li> <li>- Preparação e realização de oficinas: tanto propostas pela assessoria estadual quanto pelo MAB nacional;</li> <li>- Acompanhamento do trabalho de formação de monitores de curso de alfabetização;</li> <li>- Proporcionar apoio logístico às atividades programadas pelo movimento dos atingidos, o que inclui propiciar veículo para a realização de atividades dos seguintes tipos: transporte de lideranças para realização de reuniões nas 5 comunidades atingidas e distribuição de cestas básicas fornecidas pelo governo federal.</li> <li>- Redação de documentos sobre a situação em questão: ofícios; cartas; notas para a imprensa; direcionados ao Ministério Pública, ao governador do Estado; aos Deputados Estaduais; ao Presidente da República; redação da pauta de reivindicação dos atingidos; relatório de encontros; artigos para encontros de natureza científica.</li> <li>- Preparação de dois questionários para a identificação e quantificação dos bens indenizáveis pertencentes às famílias;</li> <li>- Auxílio da aplicação de questionários propostos pelo MAB nacional e pelo programa Fome Zero;</li> <li>- Acompanhamento de comissão dos moradores em visitas ao Bispo de Campina Grande, ao Arcebispo da Paraíba; à Secretária de Recursos hídricos do governo do Estado; à representação do Governo do Estado em Campina Grande;</li> <li>- Contribuição para a realização de uma sessão especial da Câmara de Vereadores de Campina Grande, ocorrida em 09 de maio de 2002, na qual a unanimidade dos vereadores se definiu pelo apoio à comunidade;</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Participação nas gestões para que o Ministério Público possa se colocar em defesa dos direitos da população atingida. Uma iniciativa dessas foi mais bem sucedida e teve duas consequências práticas importantes: a formulação de uma minuta de um “<i>termo de ajuste de conduta</i>” direcionada ao governo do estado e a realização de uma audiência pública em 18 de novembro de 2004, na localidade de Pedro Velho Novo, município de Aroeiras;</li> <li>- Contribuição na mobilização de diversas entidades em apoio à população, dentre as quais se pode citar: o Polo Sindical do Compartimento da Borborema; as entidades que compõem a ASA (Articulação do Semiárido da Paraíba); o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), a partir de sua direção nacional; o Departamento de Serviço Social da UEPB (Universidade Estadual da Paraíba);</li> <li>- Articulação para criação do Comitê de Apoio aos Atingidos pela Barragem de Acauã, após o enchimento do lago da barragem, em fins de janeiro de 2004, que deixou desabrigadas as famílias que permaneciam na localidade de Pedro Velho, na mais usada atitude de resistência.</li> <li>- Contribuição para que os veículos de comunicação – jornal, rádio e televisão – façam a correta divulgação dos problemas que afligem aquela população.</li> <li>- Participação da audiência com o governador do estado, em 28 de maio de 2002, e em todas as atividades dela decorrentes. dentre as quais destaca-se: encaminhamentos tomados pelo INTERPA, inclusive participação na comissão formada para buscar equacionar os problemas dos atingidos;</li> <li>- Participação no primeiro encontro dos atingidos pela barragem de Acauã, em parceria com o MAB (ver cópia do relatório do encontro, anexa);</li> <li>- Participação da audiência concedida pela Ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, à coordenação do MAB, em seu gabinete, em 28 de janeiro último;</li> <li>- Participação no encontro nacional do MAB, junto com representantes dos atingidos por Acauã, ocorrido em Brasília, de 29 a 31 de janeiro de 2003.</li> </ul>
--	--

Fonte: arquivo do projeto Universidades Cidadãs da UFCG

As atitudes que tomei desde o primeiro momento em que me aproximei da situação dos atingidos pela barragem de Acauã se inspiram na experiência que eu havia acumulado nos casos pretéritos.

Na primeira viagem a Pedro Velho, em 17 de fevereiro de 2002, já quis estar acompanhado de pessoas externas à universidade e vinculadas à lutas dos trabalhadores rurais

na Paraíba. Para tanto, convidei o presidente do STR de Lagoa Seca, Néilson Anacleto, e o Arnaldo, assessor técnico do mandato de um deputado estadual do partido dos trabalhadores.

O convite que fizemos ao MAB, para que enviasse uma pessoa de sua diretoria para se inteirar do caso Acauã, também se fundamenta na compreensão expressa acima e no sucesso das experiências anteriores (OLIVEIRA, 2003).

No dia 25 de maio (dia do trabalhador rural) de 2002, ocorre a primeira manifestação pública dos atingidos pela barragem de Acauã. A preparação, e a organização, da manifestação esteve a cargo do próprio movimento, com a participação direta do MAB, que destaca um dirigente, especialmente para esta finalidade. A organização da manifestação também contou com o concurso direto do MST.

Ao final do ato público, foram entregues dois documentos do movimento: no escritório de representação do governo do estado, em Campina Grande, foi entregue a solicitação de uma audiência com o governador do estado; ao Ministério Público foi entregue um abaixo assinado, solicitando a sua intervenção na situação.

Logo a seguir, no dia 29 de maio, uma comissão formada por lideranças do movimento e por seus assessores seria recebida pelo governador do estado, em seu gabinete no Palácio da Redenção, na capital do estado.

Em 14 de março de 2003 (dia Internacional de luta contra as barragens), com a participação direta do MAB nacional, ocorre a maior manifestação pública dos atingidos de Acauã, na cidade de João Pessoa. Uma representação dos atingidos, acompanhada por seus assessores, foi recebida pelo governador do estado em seu gabinete. Após a audiência, o governador dirigiu-se aos atingidos – do alto do carro de som da própria manifestação, ocasião em que anunciou que iria visitar a região atingida.

A visita do governador – cuja comitiva incluía vários secretários de estado e diversos deputados estaduais – à vila Pedro Velho Novo e a Pedro Velho ocorreu em 19 de março.

A presença do governador na região teve, evidentemente, grande importância política, sendo uma inequívoca demonstração de força do movimento dos atingidos. Em Pedro Velho houve dois momentos bastante significativos: no primeiro, ocorreu uma reunião reservada do governador, e comitiva, com as lideranças do movimento e com seus assessores, na mesma igreja onde habitualmente ocorrem as assembleias dos atingidos. Não se pode deixar de registrar o forte simbolismo de fato da “mesa” (formada pelo próprio governador)

ter sido composta por apenas quatro pessoas: o governador, o presidente da assembleia legislativa do estado da Paraíba, um dos líderes do movimento e um dos assessores do movimento (autor deste texto). Tudo isso, diante da plêiade de autoridades, tudo devidamente documentado pelos *flashes* dos fotógrafos e pelas câmeras de televisão.

O segundo momento, praticamente um comício, foi coordenado pelo representante do Polo Sindical do Comportamento da Borborema, tendo havido o pronunciamento de apenas dois oradores: um dos líderes do movimento e o próprio governador. Mais uma vez, conseguia-se que nenhuma liderança política partidária – que em nada contribuía com a causa dos atingidos – pretendesse recuperar um feito do movimento.

Box 2: Trechos do discurso de Abel Ferreira, um dos líderes do movimento

Num discurso escrito <sup>12</sup> , como a ocasião requeria, o líder do movimento ao rerepresentar as principais reivindicações do movimento, insistiu sobre a principal delas, nos seguintes termos:
“Mesmo havendo perdas que não podem ser reparadas, nós achamos que o governo tem a responsabilidade de procurar amenizar os nossos prejuízos. É por isso que damos prioridade à reconstrução de nossas atividades econômicas. Porque nós precisamos continuar garantido a manutenção de nossas famílias com o fruto de nosso trabalho. E isto só será possível com o reassentamento produtivo de parte da população atingida. O Estudo de Impacto Ambiental diz que esta é a principal medida mitigadora dos impactos negativos causados pela barragem sobre a população. Propomos que toda a discussão para a busca das melhores soluções para recriar atividades produtivas para a população seja feita numa parceria do governo do estado com a organização dos atingidos e também com a participação de nossos assessores.”
O governador tinha assumido, na audiência no dia 14/03/2003, compromisso com os seguintes pontos da pauta de reivindicações dos atingidos: O governador tinha assumido, na audiência no dia 14/03/2003, compromisso com os seguintes pontos da pauta de reivindicações dos atingidos:
- “ <i>Socorro imediato às famílias que estão passando fome</i> ” (Primeiro ponto da Pauta); - “ <i>Reavaliação das indenizações na área da barragem</i> ” (Terceiro ponto da Pauta); - “ <i>Conclusão do pagamento das indenizações</i> ” (Quarto ponto da Pauta);
No mesmo discurso, registram-se os pontos para os quais “ <i>Não houve ainda nenhum compromisso governamental...</i> ” e se procura argumentar para a necessidade de o governo vir a fazê-lo. São os seguintes:
- “ <i>Remuneração mensal para todas as famílias, no valor de três salários mínimos, até que as famílias voltem a ter renda própria nos reassentamentos</i> ” (Segundo ponto da Pauta); - “ <i>Reassentamento rural para todas as famílias que vivem de atividades rurais. Viabilização das áreas irrigadas no Estudo de Impactos Ambientais – EIA</i> ” (Quinto ponto da Pauta); - “ <i>Construção de novos núcleos urbanos</i> ” (Sexto ponto da Pauta)

Fonte: acervo do PUC/UFCG

Em Pedro Velho, o governador<sup>13</sup> se dirigiu aos atingidos em dois momentos: primeiramente, na igreja católica durante reunião com a coordenação do movimento e com seus

<sup>12</sup> Após as habituais discussões, o autor deste trabalho escreveu o discurso que foi lido por Abel no ato público realizado em Pedro Velho original. A seguir são apresentados alguns trechos do referido discurso.

assessores, e também com a presença dos membros de sua comitiva; e logo a seguir, quando discursou, durante ato público. Todos os momentos da visita mereceram ampla cobertura da imprensa escrita, falada e televisiva.

Box 3 – Trechos dos dois discursos do governador da Paraíba, em 19 de março de 2002

<b>Trechos do pronunciamento do governador na reunião da igreja de Pedro Velho</b>
<p>- “Então, Dr. Neto, do INTERPA, prefeito Adriano Galdino de Pocinhos, que também está aqui conosco; Neto você está já orientado a fazer contato com o INCRA, o Sérgio Goes me dizia que existe já uma área identificada pelo INCRA (ver anexo 1) para que nós possamos, num passo imediato, garantir terra pra essas pessoas, pra que elas possam trabalhar e viver. E utilizar os instrumentos do COOPERAR, nós temos os recursos do COOPERAR; o COOPERAR tem dinheiro suficiente para financiar, pra estimular a produção pra todas as comunidades.</p> <p>- <b>“Então, boa vontade eu tenho, vocês podem ter certeza disso, não me falta boa vontade, não me falta compromisso. Mas a minha experiência já me ensinou que boa vontade só, não basta, não é suficiente, tem que fazer, e fazer rápido, e fazer com competência, com agilidade.</b> A minha boa vontade vocês têm, podem ter certeza, o meu desejo de ajudar vocês têm, podem ter certeza, mas isso não é suficiente, é preciso que agente esteja atento, agilizando as soluções, porque, do contrário, entra na rotina do dia-a-dia. <b>Eu daqui a pouco vou está sendo visitado por vocês novamente em João Pessoa sem que nada tenha acontecido”.</b></p>
<b>Em seu discurso para a população de Pedro Velho, o governador disse que só não podia assumir plenamente uma das reivindicações</b>
<p>- “As reivindicações que foram apresentadas, talvez a única que não possa ser atendida plenamente é exatamente aquela que pede, que reivindica os três salários mínimos como renda para todas as famílias; o Estado não teria condições para garantir estes três salários, mas vai assegurar, seja através do Programa Fome Zero, ou de iniciativas do próprio governo do estado, programas de renda mínima, até que se venha a ter uma solução definitiva para o problema do emprego e da renda, que passa necessariamente por acesso a terra”.</p> <p>- <b>“É preciso dar acesso a terra, vocês precisam de chão pra produzir, pra plantar, pra criar, para que vocês possam ter renda. E o governo do estado, com a participação do INTERPA, do INCRA, do próprio movimento, vai identificar uma, duas, três áreas do próprio município para resolver este problema,</b> porque não é apenas o problema de Pedro Velho. Nós não podemos esquecer o Costa, não poderemos esquecer do Cajá, da Melancia, todas as regiões, todos os sítios que foram atingidos pela barragem, e como não tem mais jeito, a barragem está construída, vamos fazer com que a barragem possa ser algo positivo na vida de vocês”.</p>

Segundo as notícias veiculadas pelos jornais, no dia 20/03/2003, o governo também se comprometeu com a realização de um “**mutirão**” em prol da resolução dos problemas dos atingidos e com um programa de **renda mínima** para as famílias atingidas. O Jornal da Paraíba (Manchete da página 05: “*Prejudicados por barragem terão renda*”) e A União (Manchete da página 3: “*RENDA MÍNIMA PARA FAMÍLIAS DE ACAUÁ*”) apresentam o mesmo texto, do qual se extrai o seguinte trecho: “*Primeiro, o governador vai tentar a inclusão das famílias no*

---

<sup>13</sup> Baseado em trecho de documento encaminhado pelo movimento ao Procurador Regional dos Direitos do Cidadão na Paraíba, em 09 de dezembro de 2003.

*programa Fome Zero – reivindicação do Movimento dos Atingidos por Barragens –, mas ele também assegurou que outra parte será paga pelo próprio Governo do Estado*”.

O Jornal O Norte estampou, em primeira página: **“Governo garante renda para 520 famílias de Acauã”**.

O jornal Diário da Borborema (Manchete da página A4: “*Cássio indignado com situação*”) e O Norte (Manchete da página A4: “*Cássio se diz indignado com realidade de Acauã*”) apresentam também um texto quase todo idêntico (Em O Norte falta o último parágrafo).

Inexplicavelmente, nos três meses seguintes não houve qualquer iniciativa do governo estadual que concretizasse o que havia sido acordado nos dois encontros com o governador. O tempo passou e aquele governador não cumpriu praticamente nenhuma das promessas feitas.

A intervenção do Ministério Público Federal , em apoio à população atingida pela barragem de Acauã, se reveste de importantes significados.

O primeiro contato com o responsável pela Procuradoria Regional dos Direitos do Cidadão (MPF) se deu durante audiência pública promovida por ele promovida em 2003, na cidade de Natuba, para discutir a situação da infância do município. Naquele evento, somente três pessoas da população se manifestaram: dois representantes dos atingidos de Acauã e um agente de saúde de Natuba que, por ter dito que o médico pouco comparecia ao posto de saúde na região onde ele trabalhava, foi demitido diante de todos os presentes.

Na sequência, passa a haver trocas regulares com aquele procurador. Dentre suas principais iniciativas se podem destacar: a) Abertura de um Inquérito Civil Público sobre Acauã; b) Elaboração de um Termo de Ajuste de Conduta (TAC) que foi proposto ao governo do estado da Paraíba (e jamais assinado!); c) Realização de uma audiência pública na vila Pedro Velho, em 2004; d) Ajuizamento de ação contra o governo do estado da Paraíba, após se terem esgotadas as possibilidades de negociação <sup>14</sup> (OLIVEIRA, F.G e all., 2010); e) Posteriormente (depois do período considerado neste trabalho), o referido procurador teria participação importante nas audiências públicas promovidas por uma Comissão Especial do CPPDH (Secretária de Direitos Humanos da Presidência da República).

---

<sup>14</sup> Sou coautor de um trabalho que discute os enfrentamentos, em apoio aos atingidos de Acauã, do MPF com o governo do estado da Paraíba.



## CONCLUSÕES

A grande maioria da população diretamente afetada pela referida barragem é constituída de agricultores familiares. Antes de serem forçados a abandonar seus locais tradicionais viviam da atividade agrícola, da criação e da pesca no rio Paraíba

Ao longo do período de atuação em Acauã, houve diferentes ênfases nas atividades desenvolvidas. Entretanto, existe algo que se tornaria permanente: apoiar a população em seu processo de organização, direcionado para a resolução de suas questões mais prementes. A recuperação do acesso a terra se impõe como algo essencial, na perspectiva de um reassentamento produtivo, única forma de restabelecer as condições de vida e trabalho, destruídas com a remoção de seus locais de moradia originais.

Estas ações vêm sendo executadas desde o início do trabalho, em 2002. Sempre houve certa rotina: mobilização da população, audiências com os diferentes governadores do Estado, reuniões de trabalho com órgãos do governo estadual. Ao longo do tempo, também aconteceram diversas reuniões no INCRA da Paraíba. A compreensão que se tem hoje é que o equacionamento dos problemas de Acauã passa, necessariamente, por uma ação conjunta entre dois parceiros principais: o Governo do Estado da Paraíba e o Governo Federal, sobretudo através do INCRA. Caberia ao grupo da UFCG o papel de corpo técnico a serviço da população, enquanto instância de mediação.

Mas, como se registrou antes, a efetivação de um assentamento de reforma agrária, de forma isolada, sem a participação do governo do estado não é adequado para solucionar o reassentamento de atingidos por barragens. Isto porque como se sabe os assentamentos do INCRA na Paraíba enfrentam muitas dificuldades para se desenvolverem. Isto se torna mais agudo no caso de atingidos por barragens onde existe uma clara e identificada responsabilidade do governo na Paraíba por sua situação de exclusão, enfim, pela gravidade das violações de direitos humanos contra eles perpetrada, conforme atestam todos que tiveram contato direto com suas comunidades. O que se preconiza é a formulação de um plano de desenvolvimento a ser elaborado pelo governo do estado da Paraíba. A utilização da política de reforma agrária do governo federal pode ser pensada como um aporte importante no equacionamento dos problemas daquela população.

A compreensão externada não tem tido viabilidade porque nenhum governador, até agora, deu prioridade à resolução dos problemas da população atingida de Acauã. Sendo

assim, todos os esforços do movimento, sempre com participação decidida de seus apoiadores – e mesmo a intervenção do Ministério Público Federal <sup>15</sup> – só têm resultado no equacionamento de problemas da sobrevivência do dia a dia, como é a questão do abastecimento de água, mas quase nada foi providenciado na direção da geração de atividades produtivas geradoras de trabalho e renda.

À medida que o tempo foi passando, e o movimento foi se afirmando, não houve mais lugar para atitudes dos políticos tradicionais, como as duas que foram relatadas. Progressivamente, as lideranças do movimento irão se credenciando como os interlocutores privilegiados com as mais diversas autoridades, em todas as esferas de governo.

O reconhecimento adquirido pelas principais lideranças dos atingidos pela barragem de Acauã se configura como uma descoberta para eles mesmos, uma passaram a desempenhar papéis antes jamais sequer cogitados.

Dois exemplos ilustram o que se está afirmando. Uma das principais lideranças dos primeiros anos do movimento costumava se expressar nos seguintes termos: *”Antes a gente achava que para falar com um secretário, com um governador, tinha que primeiro falar com um vereador. Hoje, nós sabemos que é mais fácil nós irmos diretamente, sem ter que passar por nenhum político local”*(Abel Ferreira, um dos líderes do movimento).

Em outro momento, vários anos depois, eu constatei como havia se tornado habitual o uso de certas expressões que antes eram impensáveis. Durante uma reunião na comunidade do Cajá, Osvaldo, que voltara de recente viagem a Brasília, assim se referiu a um encontro com o Presidente Lula, do qual participara: *“porque nós sentamos com o presidente Lula para discutir questões da pauta do MAB”*<sup>16</sup>.

Além da capacidade de organização também merece ser destacada as demonstrações feitas pelo movimento de gerenciar algumas atividades, que podem ser entendidas como verdadeiras conquistas parciais. Dentre estas atividades se podem citar:

---

<sup>15</sup> O apoio do MPF é tão importante para o movimento dos atingidos pela barragem de Acauã que ao fazerem um bloqueio na BR 230 – no trecho entre João Pessoa e Campina Grande, próximo à entrada de Juarez Távora – alguém exibiu um documento do MPF e disse: *“Nós temos o apoio do Ministério Público Federal”*.

<sup>16</sup> Aproveitei o ensejo para ressaltar para as pessoas presentes o que pode ser atingido quando setores da população conseguem se organizar e lutar por seus direitos.

- Organização da distribuição fornecidas pelo governo federal através da CONAB. A rotina deste processo sempre envolvia pelo menos uma viagem à CONAB, em João Pessoa; providenciar o transporte, com a utilização de um caminhão; armazenar todo o material em Pedro Velho, antes da distribuição em todas as comunidades; organizar as famílias para receberem cada uma delas a sua parte.

- A capacidade demonstrada em organizar as atividades do curso de alfabetização (Brasil Alfabetizado) com cerca de 25 turmas, envolvendo mais de 700 alunos;

- As lideranças do movimento foram capazes de ampliar e diversificar os apoios à sua causa. Assim, além da UFCG (principal instituição a apoiar permanentemente o movimento), as lideranças também conquistaram apoios pontuais de setores da UFPB, da UEPB, além de toda uma gama de sindicatos de diversas categorias profissionais. Deve-se registrar que esta diversificação de apoiadores é de fundamental importância, tanto do ponto de vista político quanto financeiro, sendo decisivo para viabilizar uma série de atividades que dependem de recursos financeiros.

Uma última palavra: As palavras pronunciadas pelo governador Cássio Cunha Lima fizeram com que se acreditasse que o governo do estado da Paraíba iria, efetivamente, mitigar parte dos problemas da população atingida pela barragem de Acauã. Não foi o que aconteceu! O que levou a um dos integrantes da assessoria estadual a dizer: “*Temos que admitir que perdemos*”. Mas, as ações do movimento continuaram. E o apoio às suas ações também.

## REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

LITTLE, Paul. **Os conflitos socioambientais: um campo de estudo e ação política.** BURSZTIN, Marcel (Org.) A difícil sustentabilidade: política energética e conflitos ambientais. Coleção Terra Mater. Rio de Janeiro, Garamond Universitária, 2001 (p.107 - 122)..

OLIVEIRA, F. G. **Uma experiência de assessoria a atingidos por Barragem.** In VI Congresso da Alasru – Associação Latino Americana de Sociologia Rural, Porto Alegre, 25 a 29 de novembro de 2002, UFRGS.

OLIVEIRA, F.G. **Experiências de Assessoria e Pesquisa.** Trabalho apresentado no V SEMPE – V Seminário de Metodologia para Projetos de Extensão, 07 a 09 de outubro de 2003, João Pessoa: Parcerias UFPB E UFRJ/SR5 – UNIRIO – UFSCar.

OLIVEIRA, F. G. **Atingidos por barragens: o caso de Acauã na Paraíba.** WANDERLEY, Maria Nazaré (Org.) Globalização e Desenvolvimento Sustentável: dinâmicas sociais rurais no Nordeste brasileiro. São Paulo: Editora Polis, 2004;

OLIVEIRA, F. **Barragem de Acauã: após 13 anos, governo ainda não concluiu o pagamento das indenizações às famílias atingidas.** Sítio do MPF na Paraíba: 17 de setembro de 2015. Disponível em: <http://www.prpb.mpf.mp.br/news/barragem-de-acaua-apos-13-anos-governo-ainda-nao-concluiu-pagamento-de-indenizacoes-as-familias-atingidas-1>

SOUSA, A. M., OLIVEIRA, F. G., BARROS JÚNIOR, G., NASCIMENTO, M. F., **Luta pela reconquista da cidadania em Acauã, na Paraíba.** In I ECBS (Primeiro Encontro Ciências Sociais e Barragens). Rio de Janeiro: IPPUR/UFRJ, 08 a 10 de junho de 2005.

OLIVEIRA, F. G., BARROS JÚNIOR, G., NASCIMENTO, M. F. **Barragem de Acauã: desenvolvimento ou contra desenvolvimento no médio Paraíba?** In II Encontro Internacional Ciências Sociais e Barragens). Salvador: UPBA, 2007.

OLIVEIRA, F. G., SILVA, O. B., **Assessoria da UFCG aos atingidos de Acauã, na Paraíba.** In III Encontro Latinoamericano Ciências Sociais e Barragens. Belém: UPFA, 2010.

OLIVEIRA, F.G.; BEZERRA, L.S.; SILVA, O.B. **ATINGIDOS DE ACAUÃ: Confrontos entre o Ministério Público Federal e o Governo do Estado da Paraíba.** V Semana de Humanidades. UEPB. Guarabira, PB: 2010.

SEN, Amartya. **As pessoas em primeiro lugar: a ética do desenvolvimento e os problemas do mundo globalizado** / Amartya Sen e Bernardo Kliksberg. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.